

## LIBERDADE E COMPULSÃO: UMA ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO DOS DOZE PASSOS DOS ALCOÓLICOS ANÔNIMOS

Joelson Tavares Rodrigues\*  
Leonardo Pinto de Almeida#

**RESUMO.** O presente trabalho se propõe a questionar se a admissão da impotência, inserida nos Doze Passos dos Alcoólicos Anônimos, se confronta com a noção sartreana de liberdade, marcando uma posição tomada pelo AA de entender o alcoolismo como uma compulsão, em que somente a ação de uma força externa pode proporcionar a recuperação. Os autores concluem que, se a programação dos Doze Passos tem sido tão repleta de êxitos, é porque ela, mesmo sem disso dar-se conta, vem trabalhando com a dimensão da escolha, que permite que cada um possa, a todo momento, determinar seu destino.

**Palavras-chaves:** liberdade, compulsão, alcoólicos anônimos.

## FREEDOM AND COMPULSION: AN ANALYSIS OF TWELVE STEPS PROGRAMMING OF ALCOHOLICS ANONYMOUS

**ABSTRACT.** The present paper aims to question if the admission of impotence, included in the twelve steps of alcoholics anonymous, it is against Sartre's notion of freedom, indicating a position taken by AA of understanding alcoholism as a compulsion, where only the action of an external power can provide recuperation. The authors conclude that, if the programming of twelve steps has been having so effective is because, even when not aware, it has been working with the dimension of choice that allows that each person can at every moment determinate his own destiny.

**Key words:** freedom, compulsion, alcoholics anonymous.

Os transtornos relacionados ao uso abusivo e à dependência<sup>1</sup> de álcool têm se destacado entre as patologias psiquiátricas mais freqüentemente observáveis. Estudos epidemiológicos realizados nos Estados Unidos, citados na sexta edição do *Comprehensive textbook of psychiatry* (Schuckit, 1995), revelaram que 90% da população daquele país consumiram uma bebida contendo álcool, pelo menos

uma vez na vida, e que 51% de todos os adultos norte-americanos são usuários atuais de álcool. Destes, cerca de 10% ou mais dos homens e 5 a 10% das mulheres já preencheram os critérios diagnósticos para abuso ou para dependência de álcool durante a vida. Pelo menos 40% dos homens e mulheres norte-americanos já tiveram um episódio temporário de problemas relacionados ao uso de álcool, como, por exemplo,

---

\* Graduado em Medicina, especialista em Psiquiatria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrando em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, professor do Instituto de Psicologia Fenomenológico-existencial do Rio de Janeiro.

**Endereço para correspondência:** Rua Padre Guilherme Lago Castro, 461, Cancela Preta, 27937-720, Macaé – RJ. Email: joelsonrodrigues@hotmail.com

# Graduado em Psicologia, mestrando em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, bolsista da Faperj.

**Endereço para correspondência:** Rua Oswaldo Cruz, 28/701, Icaraí, 24230-210, Niterói – RJ. Email: tazaim@hotmail.com

<sup>1</sup> Enquanto o DSM-IV (APA, 1994) faz uma distinção entre dependência e abuso, a CID-10 (OMS, 1992/1993) utiliza, como oposição a dependência, o termo uso nocivo. Para caracterizarmos o uso nocivo é necessário que a substância tenha sido responsável, ocasionalmente, por algum tipo de dano físico ou mental ao paciente, sem que, ao mesmo tempo, tenham sido preenchidos os critérios para dependência. Já na dependência, são necessários sinais de tolerância e abstinência quando na falta da substância, bem como um aumento progressivo do espaço ocupado pela droga psicoativa na vida do paciente. O conceito de abuso, por outro lado, envolve uma perda de controle no uso, sendo a substância consumida mesmo em face de prejuízos sociais e laborativos. Neste caso, também, para que o diagnóstico seja feito, é necessário que o quadro não preencha os critérios para dependência. Os alcoólicos anônimos, que são objeto de nosso estudo, não se deterão em tal distinção, considerando elegíveis para a programação todos os que sentem que perderam o controle perante a substância.

faltas ao trabalho ou à escola. O álcool é ainda responsável, naquele país, por cerca de 200.000 mortes por ano, especialmente como consequência de acidentes automobilísticos, suicídios, câncer, cardiopatias e doenças hepáticas. 50% de todos os homicídios e 25% dos suicídios envolvem o uso da substância. Seu abuso e dependência reduzem a expectativa de vida em cerca de dez anos, além de estarem diretamente relacionados a um grande número de conflitos de ordem familiar e social. Adicionalmente, os custos financeiros, causados por faltas ao trabalho, seguros previdenciários e tratamento de diversas patologias que lhe são secundárias, foram estimados, nos Estados Unidos, no ano de 1995, em 150 bilhões de dólares.

Pesquisas realizadas no Brasil parecem ratificar semelhantes dados. Ernani Luz (1996) elaborou uma revisão sobre o assunto, em que são coletados dados de estudos populacionais feitos em diversas localidades desde o ano de 1961 até o ano de 1991. Os resultados revelaram uma prevalência de abuso e dependência de álcool que variou, no sexo masculino, de 1 a 27,7% e, no sexo feminino, de 0,7 a 20,1%, de acordo com a população pesquisada. Outras pesquisas realizadas entre pacientes que procuraram serviços de saúde no Brasil mostraram uma prevalência de 16 a 58% no sexo masculino e de 5 a 18% no sexo feminino, o que parece corroborar a noção de que muitas patologias observáveis em diversas áreas clínicas são de fato decorrência do uso abusivo ou da dependência da substância.

Todos estes dados nos permitem afirmar que o abuso e a dependência de álcool configuram-se como questão de grande importância clínica, caracterizando-se como grave problema de saúde pública.

Em função deste fato, inúmeras estratégias são utilizadas para reduzir o número de pessoas que se vêem acometidas por estes transtornos, desde campanhas de prevenção, que têm uma atuação ao nível primário, até técnicas e tratamentos que vão agir secundariamente, já tendo a patologia se instalado. O objetivo deste trabalho é o de pensar o assunto a partir da prática de uma destas propostas de recuperação, os chamados Alcoólicos Anônimos, mais comumente conhecidos como AA. O que tencionamos é refletir sobre as estratégias utilizadas pelos grupos, em seu processo de tratamento, articulando-as à noção sartreana de liberdade e responsabilidade. Tal reflexão nos leva a colocar em questão a própria noção de compulsão que, em princípio, nos parece se opor à idéia de liberdade.

O AA nasceu em 1935, na cidade de Akron, estado de Ohio, nos Estados Unidos, a partir do

encontro de Bill W., um corretor da Bolsa de Valores de Nova Iorque, e do Dr. Bob, um cirurgião local, eles mesmos dependentes da substância. Antes de se conhecerem, ambos haviam feito parte do chamado Grupo Oxford, que tinha entre seus propósitos a intenção de difundir a aplicabilidade de valores espirituais considerados pelo grupo universais, na vida cotidiana. Tais valores vieram, posteriormente, a marcar as características filosóficas do AA. Enquanto Bill, sob a influência do Grupo Oxford, vinha conseguindo, havia já algum tempo, manter-se em abstinência, o mesmo não havia ocorrido com o Dr. Bob. Bill defendia a noção de que o alcoolismo tratava-se de uma doença “da mente, das emoções e do corpo.” Como consequência deste encontro, os dois se propuseram a trabalhar com pacientes alcoólicos no Hospital Municipal de Akron, onde tiveram sucesso com um interno que, junto com eles mesmos, constituíram o primeiro grupo do AA. Em 1939, é publicado o livro *Alcoólicos Anônimos* (AA, 1939/1994), que acaba por dar nome à sociedade. Nesse livro, que ainda hoje é considerado a obra básica da instituição, estão delineados os chamados “Doze Passos”, que se constituem nos princípios de todo o processo de recuperação. Progressivamente, os núcleos de AA vão se difundindo em todo o mundo, sendo estimado que, até o ano de 1991, cerca de 2.000.000 de pessoas já haviam se recuperado através da utilização de seus princípios. (AA, 1953/1991) Além do trabalho realizado, direta e voluntariamente, pelos grupos, os Doze Passos, em função de sua inegável efetividade, influenciaram diversos outros métodos e técnicas terapêuticas exercidos em caráter profissional, sendo comumente incorporados ao arsenal utilizado pelas clínicas e núcleos especializados no tratamento de dependência química. São os seguintes os seus princípios:

Primeiro passo – “Admitimos que éramos impotentes perante o álcool – que tínhamos perdido o domínio sobre nossas vidas’ (...); Segundo passo– ‘Viemos a acreditar que um Poder superior a nós mesmos poderia devolver-nos à sanidade’ (...); Terceiro passo – ‘Decidimos entregar nossa vontade e nossa vida aos cuidados de Deus, na forma em que O concebíamos’ (...); Quarto passo – ‘Fizemos minucioso e destemido inventário moral de nós mesmos’ (...); Quinto passo – ‘Admitimos perante Deus, perante nós mesmos e perante outro ser humano, a natureza exata de nossas falhas’ (...); Sexto passo – “Prontificamo-nos inteiramente a deixar que Deus removesse todos esses defeitos de caráter’ (...); Sétimo passo –

“Humildemente rogamos a Ele que nos livrasse de nossas imperfeições”(…); Oitavo passo – “Fizemos uma relação de todas as pessoas que tínhamos prejudicado e nos dispusemos a reparar os danos a elas causados”(…); Nono passo – “Fizemos reparações diretas dos danos causados a tais pessoas, sempre que possível, salvo quando fazê-lo significasse prejudicá-las ou a outrem”(…); Décimo passo – “Continuamos fazendo o inventário pessoal e, quando estávamos errados, nós o admitimos prontamente”(…); Décimo primeiro passo – “Procuramos, através da prece e da meditação, melhorar nosso contato consciente com Deus, na forma em que O concebíamos, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade em relação a nós, e forças para realizar essa vontade”(…); Décimo-segundo passo – “Tendo experimentado um despertar espiritual, graças a estes passos, procuramos transmitir esta mensagem aos alcoólicos e praticar estes princípios em todas as nossas atividades”(…) (AA, 1953/1991, p. 5-8).

Todo o processo de recuperação proposto pelo AA se baseia no primeiro passo – a admissão da impotência perante o álcool – sem a qual toda sobriedade será considerada precária. Segundo os seus princípios, é necessária a admissão desta falência completa, da absoluta impotência, que somente poderá ser remediada pela ação de um “poder superior”. (AA, 1953/1991) Torna-se então extremamente improvável, ou mesmo impossível, a libertação da compulsão por um ato de vontade, por um exercício de liberdade. Liberdade e compulsão aparecem neste contexto como conceitos que se antepõem, já que admitir uma falência completa, com uma conseqüente impotência, implica em se abrir mão da possibilidade da liberdade e da escolha.

Para prosseguirmos em nossa análise, faz-se necessário, portanto, que nos confrontemos com a temática da liberdade, a fim de, em um segundo momento, podermos relacioná-la com a noção de compulsão e com a programação dos Doze Passos. Nesse sentido, recorreremos à obra de Sartre, que nos parece oferecer os subsídios necessários à presente reflexão.

Todo o pensamento sartreano, ou talvez de toda a corrente de pensamento filosófico que costumamos chamar ingenuamente<sup>2</sup> de existencialismo, envolve

<sup>2</sup> Em uma nota esclarecedora, contida em seu belíssimo trabalho, intitulado *As filosofias da existência* (Wahl, 1954/1962), Jean Wahl discute sua preferência pelo termo “filosofias da existência” em oposição a “existencialismo”,

uma questão problemática e essencial para o entendimento da existência: a liberdade. Em Sartre, a liberdade é vista como o que há de mais fundamental na existência humana, condição determinante daquilo que somos, em função do que, por mais que queiramos ou tentemos, jamais conseguiremos dela nos furtar. Falando da filosofia de Jean-Paul Sartre, Wahl (1954/1962, p. 82) afirma que “podemos dizer que a idéia de liberdade é aquela em volta da qual se formou o seu pensamento”.

Para alcançarmos uma compreensão da concepção de liberdade, segundo o pensamento de Sartre, devemos nos remeter à fórmula que remonta aos princípios do existencialismo: “A existência precede a essência.” (Sartre, 1946/1978, p. 5). Com essa máxima, o autor francês critica o essencialismo, que afirma haver leis lógicas, princípios imutáveis, que determinariam a existência do Ser.

Em *O existencialismo é um humanismo*, Sartre (1946/1978) ressalta que o essencialismo se mantém referenciado em uma noção da vida, em que a idéia de Deus ocupa um papel central. Seria Deus quem produziria o mundo e o homem, com finalidades prévias, com destinos traçados, pois a Ele nada escapa. Neste contexto, o homem poderia ser comparado a um objeto produzido em uma fábrica e Deus ao seu executor:

Assim o conceito do homem, no espírito de Deus, é assimilável ao conceito de um corta-papel ao espírito do industrial; e Deus produz, segundo técnicas, em uma concepção, exatamente como o artifice fabrica um corta-papel segundo uma definição e uma técnica (Sartre, 1946/1978, p. 5).

A essência do homem estaria então determinada, e a ele caberia apenas seguir o seu destino.

No Século das Luzes, mesmo com a idéia de Deus suprimida, continuou a ser utilizada a noção de uma natureza humana, que recaía na mesma idéia de uma essência preestabelecida. Para Sartre, a concepção de uma natureza que caracteriza e determina o homem baseia-se justamente naquilo que ele não é, pois “o

---

assinalando o caráter múltiplo e diverso circunscrito ingenuamente sob à égide de existencialismo. Wahl ressalta que enquanto Heidegger e Jaspers foram contrários ao seu emprego para denominar o seu modo de pensar, filósofos franceses como Sartre, Merleau-Ponty, Simone de Beauvoir, Gabriel Marcel, Lavelle e La Senne não discordaram de sua utilização. Por outro lado, segundo Wahl, para o pensamento de Kierkegaard, o termo existencialismo seria totalmente impreciso.

homem é liberdade” (Sartre, 1946/1978, p. 5). Entender o pensamento de Sartre significa, portanto, compreender o seu próprio ateísmo. Sua concepção de homem se estabelece sob a idéia da não-existência de Deus. Se não há Deus, não há finalidades e destinos traçados, naturezas, essências prévias à existência humana: o homem é o agente de seu próprio destino:

... se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito, e que este ser é o homem (Sartre, 1946/1978, p. 8).

Ser sem definição, o homem surge no mundo de maneira puramente contingente, não há nada que possa *a priori* constituir sua essência. A existência precede à essência, no sentido de que o homem não tem nada que preexistia à sua vida, porém, através dela, ele busca constituir um destino, uma essência, busca ininterrupta que só é aniquilada com a chegada da morte. Podemos, com isso, afirmar que o homem se revela como pura contingência, pois nada pode justificar sua existência.

Para compreendermos melhor o que Sartre entende como liberdade, devemos estabelecer as conexões que se dão entre a consciência (Para-Si) e o mundo (Em-Si).

Sendo o único ente que pode pensar o ser, o homem, aqui também compreendido como consciência, se apresenta como que possuindo uma diferença fundamental em relação ao mundo, às coisas. Sartre diz que o mundo possui uma identidade fechada, ignorando-se a si mesma, por isso o Em-Si não caracteriza uma consciência, ou seja, não se constitui enquanto abertura. Já o homem será entendido pela consciência por ser possuidor de uma capacidade de interrogar o mundo e a si mesmo, exprimindo juízos sobre ambos.

O que faz o homem ser capaz dessa interrogação? Uma abertura, uma fissura constitutiva da consciência, que a faz sofrer de uma descompressão interna, já que a consciência não possui uma identidade fechada como o mundo; se apresenta como que possuindo uma distância de si para si, que não seria física, mas sim “uma distância feita de Nada” (Perdigão, 1995, p. 40). Esse Nada caracteriza a consciência de uma pura negatividade<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Podemos entender essa distância de nada pela etimologia da palavra existência, que remete a um afastamento. A consciência se dá como afastamento de si para si, que a faz constituir-se de uma abertura fundamental que visa o mundo através de uma espécie de tentativa de fechamento, fadada ao malogro.

A negatividade da consciência visa o mundo (o positivo, a identidade plena) através da intencionalidade. Negatividade da consciência, intencionalidade e liberdade estão intimamente ligadas. Jean Wahl, esclarece que:

... a liberdade é, num sentido, um ser mínimo, é uma deficiência, uma falta, uma espécie de buraco, de nada no interior do ser, e aqui está toda a teoria do ‘para-si’ em Sartre, que se imporia evocar – é toda teoria do nada.(...) A liberdade estará ligada à minha essencial negatividade (Wahl, 1954/1962, p. 88).

A fissura interna da consciência (Para-Si) é o que torna o homem um ser faltoso, um ser inacabado. A existência precede à essência no sentido de que o homem existe, primeiramente, como ser inacabado, não possuindo nenhuma essência e tendo, por esse motivo, que buscar suprir essa falta durante sua vida. O preenchimento da fissura caracteriza o projeto da existência humana. Projeto impossível de ser concretizado, pois a fissura nunca se fecha.

O homem quer, no final das contas, tornar-se uma “coisa consciente”, ser uma “coisa desprovida de transcendência”, sem ignorar nada acerca de seu próprio ser. Isto é, o homem quer ser Deus, ou para usar a nomenclatura sartreana, o Para-Si quer se tornar um Em-Si-Para-Si.

Como se vê, a consciência para Sartre é um sistema aberto que representa toda a sua idéia de liberdade, como fundamento da existência humana. Ou seja, o inacabamento do Para-Si representa, ontologicamente, a liberdade do homem. Porém, ela é entendida como situada no mundo. As escolhas e a finitude são os elementos tensores da liberdade. Ela precisa da resistência do mundo. Neste sentido, podemos afirmar que só há liberdade, se houver um mundo resistente à liberdade. Por isso, Sartre critica a filosofia que objeta contra a liberdade humana, afirmando que o mundo a constringe. Para o pensador francês, o mundo não limita a liberdade, o que ocorre são apenas pseudolimitações.

O homem, segundo Sartre, é condenado a ser livre, porque não pode escolher deixar de sê-lo. Toda escolha implica em liberdade, até mesmo quando se escolhe a não-escolha. “Por isso, Sartre observa que não somos fundamento de nossa liberdade, já que não a escolhemos” (Perdigão, 1995, p. 105). Os limites encontrados no mundo são colocados pela própria liberdade, só ela pode limitá-la, mas ela é que fundamenta o ser do *Dasein*, sua autodeterminação:

Conseqüentemente, nós seremos tão livres se decidirmos ser covardes como se decidirmos ser corajosos. Isto em nada diminui a nossa responsabilidade; em certo sentido, pelo contrário, uma vez que há uma escolha de cobardia como há uma escolha de coragem: nos dois casos, há decisão e liberdade (Wahl, 1954/1962, p. 83).

Como se vê, neste trecho tirado do livro de Jean Wahl, liberdade implica responsabilidade. Para Sartre, não há escolha que não assinale uma responsabilidade por toda a humanidade:

Quando dizemos que o homem se escolhe a si, queremos dizer que cada um de nós se escolhe a si próprio, mas com isso queremos também dizer que, ao escolher-se a si próprio, ele escolhe todos os homens (Sartre, 1946/1978, p. 7).

Ou seja, a liberdade e a escolha carregam um pesado fardo, que inclui a humanidade inteira em suas decisões. Por causa desse peso, a experiência de ser livre nos leva ao que chamamos angústia: “pleno conhecimento daquilo que nos ameaça – a nossa liberdade” (Perdigão, 1995, p. 113). Se a classificássemos, teríamos dois tipos: a angústia temporal e a angústia ética. A primeira implica na angústia de estarmos sós, sem ter apoio sequer do próprio passado, tendo a obrigação de escolher a cada momento. Por exemplo: “Deixei de fumar há um ano, mas preciso a toda hora reiterar aquela decisão, porque, a qualquer momento, sou livre para mudar de projeto e voltar ao cigarro” (Perdigão, 1995, p. 112). Já a segunda assinala a ausência de referenciais no mundo, de leis, de tábuas, que sirvam realmente para nos orientar em nossas escolhas:

O homem é angústia (...), o homem ligado por um compromisso e que se dá conta de que não é apenas aquele que escolhe ser, mas de que é também o legislador pronto a escolher, ao mesmo tempo que a si próprio, a humanidade inteira, não poderia escapar ao sentimento da sua total e profunda responsabilidade (Sartre, 1946/1978, p. 7).

Liberdade, escolha, responsabilidade apontam para a inexorável realidade do homem em relação ao vazio de sentido, no qual a angústia faz seu papel disruptor e criador de ação. Agimos para criar a vida onde não há essência. Escolhemos porque não temos outra escolha, porém isso não nos tira a responsabilidade. Liberdade é se deparar com esse vazio fundamental constitutivo da consciência

humana, que a capacita a escolher e valorar o mundo em que ela habita.

No entanto, o homem tenta, às vezes, usar de subterfúgios para ignorar a angústia, dobrá-la, escondendo para si mesmo essa liberdade assustadora. Esse mecanismo, Sartre chamou de má-fé. Ela consiste em dar-se uma essência, acreditar-se já estabelecido, atravessado pelo destino. Nesse sentido, a noção de uma compulsão, uma restrição da vontade, que deixa de ser determinante para ser determinada, seria entendida por Sartre como má-fé. Tal opinião é compartilhada por Irvin Yalom (1980), que compreende a compulsão como uma defesa contra a consciência da responsabilidade. Para Yalom, a crença de que uma força que nos é estranha, uma força irresistível e incoercível, pode nos dominar, determinando nossas atitudes, é um modo de não nos tomarmos como os construtores do nosso destino, transferindo a responsabilidade para algo externo a nós. Tal forma de compreensão tem implicações clínicas importantes, já que, à medida que não nos sentimos responsáveis pelas escolhas que fazemos, temos sempre a possibilidade de nos utilizar de estratégias defensivas que nos afastam da responsabilidade de mudar. Podemos, por outro lado, entender a compulsão como determinada organicamente, transferida geneticamente, ou mesmo como fruto de processos psíquicos inconscientes. Dentro desta perspectiva, já não se trata de algo externo, mas sim de uma contingência orgânica ou intrapsíquica pela qual também não somos responsáveis. Neste caso, se a entendemos como uma propensão que nos leva a tomar uma determinada atitude e não outra, mas em que, ao mesmo tempo, ainda nos cabe a escolha, estaremos nos mantendo no campo da liberdade. Neste sentido, nos parece razoável a idéia de uma compulsão. Buscar uma compreensão mais profunda que nos permita entender as motivações daquele que se vê envolvido em um processo compulsivo afasta-se do objetivo do presente trabalho. No entanto, independentemente da linha teórica que utilizemos para a nossa reflexão, ou das causas e motivações que queiramos buscar, o que não podemos aceitar é uma noção de compulsão absoluta, à qual não nos cabe qualquer reação, sendo-nos lícita apenas a submissão. Pensar assim é necessariamente imaginar que realmente um poder externo tenha que interferir no processo de “cura” para esta ocorrer, seja ele um Deus ou uma medicação, por exemplo. A própria experiência com alcoolistas nos parece contrariar esta perspectiva, pois, se assim fosse, não teríamos notícia de dependentes químicos recuperados sem o uso de qualquer destes dispositivos. O que nos

cabe discutir, a partir deste ponto, são exatamente as questões aqui levantadas a fim de que, compreendendo a relação sempre presente entre a liberdade e a resistência do mundo que a ela se opõe, tenhamos condição de ampliar o nosso entendimento das propostas e da programação dos grupos anônimos.

Tomaremos como elemento principal de nosso questionamento o primeiro passo, não só pela importância que lhe é atribuída na programação, mas sobretudo porque encontramos nele os princípios filosóficos que buscamos aqui colocar em questão. Sua idéia central é a da admissibilidade da impotência perante a substância, que passa a ter controle sobre a existência, ou seja, o indivíduo se vê colocado em uma posição em que o álcool se torna o centro de suas expectativas, sonhos e desejos; por ele, é capaz de ações que comprometem valores como família, trabalho e saúde. A importância da admissibilidade da impotência se dá em função da observação muito comum de que, enquanto o “dependente” se coloca na posição ou na crença de ter controle sobre a substância, fazendo promessas e projetos de “não beber nunca mais”, ou simplesmente negando o fato de ser um “alcoólico”, a dependência permanece. Dão-se então as conhecidas “promessas de segunda-feira”, quando o “dependente”, após um final de semana de uso exagerado do álcool, sentindo os reflexos físicos, psicológicos ou sociais, afirma à família ou aos seus parceiros, que, a partir daquele dia, “nunca mais vai beber”, que todos podem “acreditar nele”, que “desta vez será diferente”. Habitualmente, tais votos, entretanto, irão durar o tempo necessário para o alívio do desconforto provocado pelo uso da substância, seja ele representado por uma melhora do estado corporal ou por uma diminuição da tensão familiar. Será necessário então se chegar ao que o AA chama de “fundo do poço”<sup>4</sup>, ou seja, o estado, que é individual, em que a pessoa se dá conta da condição em que se encontra e através da admissibilidade da impotência, busca uma recuperação.

Estas observações nos parecem verdadeiras e vêm ao encontro daquilo que temos observado na experiência clínica. De fato, mesmo aqueles que se encontram já de longa data abstinente da substância, apresentam maior chance de recaída, quando se sentem “livres da dependência”, acreditando que podem beber apenas socialmente. Tal procedimento, como apontam os grupos anônimos, é indício de recaída iminente, o que usualmente ocorre.

<sup>4</sup> Esta imagem nos parece interessante, pois, ao tocarmos com os pés no fundo, temos o impulso necessário para alcançarmos novamente a superfície.

Tais constatações empíricas levaram Bill e o Dr. Bob a entenderem que, sem a admissibilidade da impotência, que implica na não-liberdade, seria impossível uma recuperação do alcoolismo. Na possibilidade, inserida no primeiro passo, de se perder o domínio sobre a própria vida, está pressuposta a crença de que, nesta condição, uma substância, no caso em questão o álcool, passa a ser a gestora de nossos destinos, não havendo espaço para a liberdade. Mais do que isto, eles propuseram que somente uma entidade metafísica, fosse ela um Deus religioso ou mesmo o grupo, poderia restituir a “sanidade”. A esta mesma entidade seria entregue a condução da vida, a vontade e a possibilidade de remoção daquilo que eles chamaram de “defeitos de caráter e imperfeições”.

O AA trabalha com a noção de alcoolismo como uma “doença”, que não somente é do corpo, mas que é também da “alma”. Existe uma forte conotação moral e religiosa, que traduz a natural influência da formação pessoal de seus fundadores. Sendo também um doente da alma, o alcoólico necessita de uma transformação moral, uma modificação de suas características de personalidade: é preciso, portanto, passar por algo muito próximo a um processo de conversão. Fala-se habitualmente nos grupos das “características” do dependente químico, como por exemplo, da sua tendência à dissimulação e à não-verdade. Essencializa-se, portanto, o alcoolismo; ele se transforma em uma entidade determinante e constituidora. Nesse sentido, pode-se falar de uma personalidade alcoólica, onde a experiência singular não se faz presente.

Podemos concluir pela impossibilidade de comunicação entre o pensamento sartreano e os princípios desenvolvidos nos Doze Passos? Embora à primeira vista pareça que sim, o nosso entendimento é o contrário, ou seja, a despeito dos distanciamentos filosóficos descritos anteriormente, a prática dos grupos anônimos, e mesmo a sua teoria, revelam uma proximidade não desprezível.

Para buscarmos tais aproximações, iremos retornar ao primeiro passo e, de certa forma, reinterpretá-lo dentro da ótica sartreana. Como já dissemos anteriormente, também em nossa clínica temos observado a necessidade de uma experiência-limite que leve aquele que vem fazendo uso exagerado do álcool a decidir-se pela abstinência. Esta experiência, que chamamos anteriormente de “fundo do poço”, será o elemento catalisador da vontade que permitirá a escolha da não-utilização da substância. E aí está o grande distanciamento, pois, para a programação do AA, não há de fato a possibilidade da escolha; a condição do “dependente” é de desgoverno

de sua vida, de impotência, não havendo espaço para a liberdade. Recorre-se então a um “poder superior”, que passa a ser o responsável pela “sanidade”. Por outro lado, a admissibilidade da impotência não é por si mesma uma ato de liberdade e, por conseguinte, de vontade? Na condição de não-vontade, pressuposta no primeiro passo, não está inserida, exatamente, a vontade de se recuperar de que se carecia anteriormente? Ou, em outras palavras, se fosse o “dependente” impotente, teria ele poder para se decidir a enfrentar a sua compulsão? Nos parece que somente por um ato de extrema vontade e de liberdade é possível alguém tomar tal decisão.

Mas, por outro lado, é inegável que o AA é extremamente efetivo em sua tarefa e que esta efetividade se baseia não só na admissibilidade desta impotência, mas também de sua constante lembrança. Com esse objetivo, os grupos mantêm a prática dos testemunhos, em que, a todo tempo, são lembrados os males provocados pelo álcool e a necessidade de se ver sempre vulnerável a ele. O que esta estratégia, entretanto, nos parece fazer é reafirmar o que Sartre chama de angústia temporal: a necessidade de estarmos todo o tempo renovando as nossas escolhas, que não poderão ser feitas para “toda a vida”. Por isso, quando o indivíduo afirma que nunca mais beberá, ele se mantém ignorante de sua condição existencial, acreditando poder definir as suas escolhas futuras e produzir um fechamento. Muito acertadamente, o AA diz que tal afirmação é impossível, devendo cada um se comprometer com as suas próximas 24 horas. Entretanto, o que torna possível tal recuperação é a liberdade, a não-existência de uma essência determinadora, o fato de que se é faltoso e inacabado, possibilitando a conseqüente renovação de projetos e escolhas. Se assim não fosse, se estivesse o homem determinado por uma essência, se estivéssemos trabalhando com a noção de doença, entendida aí como um fechamento que restringe a liberdade, algo exterior seria necessário para que se chegasse à recuperação. É nesse sentido que a programação recorre a um poder superior a fim de justificar a decisão tomada de não mais fazer uso da substância. Olhando por este prisma, poderíamos dizer que os princípios do AA não suportam a angústia e recorrem à má-fé. Imaginam a presença de um poder superior que passa a gerir a existência e, por conseqüência, as escolhas, o que traduz a tentativa de encobrimento da angústia temporal. Por outro lado, se alicerçam em noções de perfeições, imperfeições e defeitos de caráter, o que traduz um afastamento da angústia ética.

É importante ficar bem claro que não estamos aqui fazendo uma discussão necessariamente ateuista, pois nos parece que, mesmo para aqueles que acreditam na existência de um Deus, a escolha de segui-lo ou não, é uma ato de liberdade e potência, sendo anterior a qualquer outro desdobramento que daí possa advir.

Como já deixamos claro anteriormente, não é nossa pretensão afirmar que o homem não tenha que lidar muitas vezes com desejos que lhe pareçam compulsivos. O que estamos negando é a possibilidade de inseri-los em uma esfera que não seja a da sua liberdade. Muito ao contrário, é exatamente por eles existirem que o homem se faz livre, podendo escolher vivê-los ou deles se abster. Isto equívale a dizer que não nos cabe escolher ter ou não ter uma compulsão, mas está sempre na esfera de nossa liberdade a escolha do que faremos com ela. A recaída, freqüentemente observável naqueles que se acreditam livres da dependência, poderá ser entendida então como resultado do fato de que estes se descuidam e se esquecem de que a liberdade humana se dá situada em um mundo e se reafirma exatamente em face dos obstáculos por ele impostos. Tomando-se como livres da compulsão, deixam de renovar a escolha inicial de não mais beber, o que acaba se traduzindo na recaída.

Tal esfera da liberdade e da responsabilidade não nos parece estar ausente na programação dos Doze Passos. Ao invés disso, suas práticas e estratégias reforçam, a todo o tempo, a necessidade de assumir a responsabilidade sobre a vida, de escolher o seu destino. Quando o homem se propõe a reparar os males produzidos a outrem, a fazer um projeto de não beber nas próximas 24 horas, de admissão dos seus “erros”, ou mesmo de, através da prece e da meditação, buscar o auxílio de Deus, o que se faz presente é um ato de liberdade, uma escolha pela sobriedade, que só se faz possível em função da condição existencial de ser livre que é dada ao homem. É bem verdade que, muitas vezes, a responsabilidade irá se confundir com uma certa tendência à culpa, especialmente quando se refere a uma análise dos atos praticados no período da ativa.<sup>5</sup>

Fica evidente, por outro lado, uma certa característica “messiânica” nas práticas desenvolvidas pelos grupos. Em função do fato de acreditarem conhecer o que é o alcoolismo e o dependente químico, forma-se no grupo, muito comumente, a crença de que somente através da

<sup>5</sup> Termo usualmente utilizado pelos participantes dos grupos para caracterizar o período em que faziam uso da substância.

programação será possível uma recuperação. Não se admite uma abstinência duradoura sem que esta seja precedida da admissão da impotência. De idêntica forma, considera-se impossível o uso social do álcool em uma pessoa que, anteriormente, tenha sido dependente da substância. Embora possamos concordar que, em inúmeros casos, o AA esteja com a razão, a nossa experiência clínica tem nos mostrado a impossibilidade de criarmos um modelo conceitual no qual possam ser inseridas todas as pessoas. Temos observado vários pacientes que, após se darem conta de todos os males provocados pelo uso da substância, simplesmente decidiram-se a não mais utilizá-la e se mantiveram firmes nesta decisão, sem que tenha sido necessária uma admissão de impotência. Da mesma forma, embora mais raramente, já nos confrontamos com pacientes que, depois de longo período de uso abusivo ou mesmo de uma dependência instalada, escolheram fazer uso do álcool apenas ocasionalmente.

Quando afirmamos que as proximidades são maiores do que à primeira vista poderíamos imaginar, é porque entendemos que toda a programação delineada nos Doze Passos só se torna possível em função da condição existencial de liberdade humana. Quando o AA fala de impotência e de uma admissão de uma falência completa da existência, nós enxergamos a resistência do mundo, sobre a qual se exercerá a liberdade. Acima de tudo, compreendemos que a libertação de uma compulsão como a do álcool ocorre tão somente a partir de um exercício de vontade, em que a escolha da abstinência será continuamente feita e refeita. Se a programação dos Doze Passos tem sido tão repleta de êxitos é porque ela, mesmo sem disso dar-se conta, vem trabalhando exatamente com a dimensão da escolha, que permite que cada um possa, a todo momento, determinar o seu destino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcoólicos Anônimos. (1991). *Os doze passos*. São Paulo: Centro de Distribuição de Literatura. AA para o Brasil. (Originalmente publicado em 1953).
- Alcoólicos Anônimos. (1994). *Alcoólicos Anônimos*. São Paulo: Centro de Distribuição de Literatura AA para o Brasil. (Originalmente publicado em 1939).
- American Psychiatric Association. (1994). *DSM IV, Diagnostic and statistical manual of mental disorders fourth edition*. Washington, D.C.: American Psychiatric Press.
- Luz, E. (1996) Álcool: uso nocivo e dependência. Em J.G.V. Tabora, P. Prado-Lima, E.D. Busnello e cols. *Rotinas em psiquiatria*. (pp. 83-99). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Organização Mundial de Saúde. (1993). *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. (D. Caetano, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1992).
- Perdigão, P. (1995). *Existência e Liberdade, uma introdução à filosofia de Sartre*. RS: L&PM.
- Sartre, J.P. (1978). *O existencialismo é um humanismo*. (V. Ferreira, Trad.). São Paulo: Abril. (Originalmente publicado em 1946).
- Schuckit, M. A. (1995) Alcohol-related disorders. Em H. I. Kaplan & B. J. Sadock (Orgs.), *Comprehensive textbook of psychiatry, sixth edition*. (pp. 775-791). Baltimore, USA: Williams & Wilkins.
- Wahl, J. (1962). *As filosofias da existência*. (I. Lobato e A. Torres, Trad.). Portugal: Publicações Europa-América. (Originalmente publicado em 1954).
- Yalom, D. I. (1980) *Existential psychotherapy*. New York: Basic books.

Recebido em 07/01/2002

Revisado em 03/04/2002

Aceito em 26/04/2002